

Latinos recebem menos

Depois de seis anos seguidos de queda, os créditos do FMI aos países em dificuldades financeiras voltaram a crescer, mas a América Latina, região tradicionalmente mais beneficiada pela ajuda da instituição, já começa a perder posições para os países do Leste Europeu. O valor acumulado dos créditos aprovados e ainda não desembolsados pelo Fundo atingiu US\$ 34,6 bilhões no ano fiscal encerrado em abril passado, 5% a mais do que no período anterior, enquanto os desembolsos efetivos de recursos aumentaram 28%, chegando a US\$ 9,2 bilhões. Em consequência do aumento dos empréstimos para o Leste Europeu, a participação da América Latina no volume de créditos concedidos pelo FMI caiu de 55% em 1990 para 45% no ano fiscal encerrado em abril passado.

Segundo os dados do levantamento divulgado ontem pelo FMI, durante sua assembléia anual conjunta com o Banco Mundial, atualmente estão em vigor acordos firmados pela instituição com 20 países que atravessam crise econômica, dos quais 13 incluíram a concessão de empréstimos no valor total de US\$ 3,5 bilhões. O número de países com atrasos prolongados nos pagamentos de suas dívidas com a organização diminuiu de 11 para nove, dos quais dois são da América Latina, o Panamá e o Peru. Os dois que saíram da lista dos

inadimplentes também são latino-americanos, Guiana e Honduras.

Acordos — Dos 20 acordos assinados pelo Fundo em funcionamento, a metade foi firmada com países latino-americanos: Argentina, Bolívia, Costa Rica, República Dominicana, Nicarágua, Guiana, Honduras, Jamaica, México e Venezuela. Os dois países inadimplentes da região, o Panamá e o Peru, firmaram acordos especiais com o FMI, já que as normas da instituição impedem a realização de acordos normais com membros em atraso nos pagamentos.

A proposta de aumento de 50% nas quotas de capital do Fundo, recomendada em abril do ano passado pelo Comitê Interino, já foi referendada por 55% dos países membros, precisando alcançar nível de aprovação de pelo menos 85% até dezembro para entrar em vigor. A confirmação do aumento de capital agora praticamente só depende da posição dos Estados Unidos, que tem 19,1% dos votos, peso proporcional à sua participação na atual composição do capital da organização. Também está em fase final de tramitação a chamada Terceira Emenda, que estabelece a suspensão dos direitos de votação dos países em inadimplência com o Fundo. Até agora a Emenda já foi assinada por 45% dos membros, precisando também alcançar o mínimo de 85% até o final do ano.